



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº ,2023

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 110 DE 2023

Requer aditamento ao Requerimento n. 110/2023, para incluir convidados a Audiência Pública, com o tema: Mercado Voluntário de Carbono no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o aditamento ao Requerimento nº 110/2023, a fim de incluir apenas mais um convidado para a audiência pública para discutir o “Mercado Voluntário de Carbono no Brasil”.

Para tanto, sugerimos a inclusão do seguinte convidado, que poderá apresentar relevantes informações sobre o tema, haja vista o pioneirismo do Tocantins em relação ao Mercado de Carbono no Brasil:

1) Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, Marcello de Lima Lelis;

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo incluir um convidado a Audiência Pública, com o tema: Mercado Voluntário de Carbono no Brasil, requerido pela Ilustre Deputada Socorro Neri.

Em junho deste ano, o estado do Tocantins celebrou o acordo técnico e comercial com a Mercuria Energy Trading S/A para a realização do projeto de qualificação e certificação do Programa de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação) Jurisdicional do Estado. Com a certificação, o Tocantins será o primeiro Estado do Brasil e um dos pioneiros no mundo a comercializar créditos de carbono no mercado de carbono voluntário.

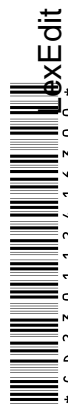
Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 342 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5342/3342 | dep.socorroneiri@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230112416300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Socorro Neri

Apresentação: 06/11/2023 15:03:20.547 - CMAD9

REQ n.113/2023





Na prática, com a assinatura do acordo, a Mercuria, que é uma das maiores empresas do mundo no segmento de energia e commodities, compromete-se a investir aproximadamente R\$ 20 milhões em serviços técnicos para o cumprimento dos requisitos de qualificação em um padrão internacional e geração de créditos de carbono. Outros R\$ 10 a 20 milhões serão investidos no registro desses créditos, o que permitirá ao Tocantins tornar-se elegível para atuar no mercado de carbono voluntário e utilizar os seus ativos ambientais como forma de gerar recursos para investir na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável do Estado.

Com esse projeto, o Governo do Tocantins cria um modelo considerado por especialistas como o caminho mais eficiente para a proteção da vegetação nativa, pois o poder público assume a responsabilidade de aprimorar o arcabouço legal e institucional que o permitirá fazer uma gestão ambiental eficiente e, por meio de salvaguardas, garantir de forma transparente a repartição dos benefícios obtidos com a venda dos créditos de carbono.

Sendo assim, a inclusão do secretário estadual tocaninense na Audiência Pública tem a agregar bastante na discussão, haja vista, a experiência pública a ser compartilhada, como também, o compartilhamento da experiência do Tocantins no cenário de comercialização dos créditos de carbono no mercado de carbono voluntário

Assim, peço aos nobres pares desta Comissão a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2023

Deputada Federal SOCORRO NERI
(PP/AC)

